

PROGRAMA DE CONCURSO**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL****Procedimento n.º 39/2025/IGeFE-CPI**

**A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO EVOLUTIVO
DA PLATAFORMA DE GESTÃO DO DESPORTO ESCOLAR | DESPORTO
NA ESCOLA E A SUA INTEGRAÇÃO NOS SI DE GESTÃO EDUCATIVA AO
NÍVEL DO REPOSITÓRIO CENTRAL DE ALUNOS E GESTÃO DO CICLO DE
VIDA DO ALUNO.**

AO ABRIGO DO PRR (PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA)

2º PILAR TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

PRR – INVESTIMENTO C20- I01.05 “TRANSIÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO”

(Classificação CPV 72230000-6 – Serviços de desenvolvimento de software à medida)

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 131.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação)

Departamento de Administração Geral

Núcleo de Contratação Pública



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, nº. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

Índice

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º – Objeto do procedimento	4
Artigo 2.º – Entidade adjudicante	4
Artigo 3.º – Órgão competente / decisão de contratar.....	4
Artigo 4.º – Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do Contrato	6
Artigo 5.º – Fundamentação da escolha do procedimento de contratação	7
Artigo 6.º – Peças concursais.....	7
Artigo 7.º – Disponibilização e acesso às peças do procedimento	8
Artigo 8.º – Esclarecimentos retificação e alteração das peças do procedimento.....	9
Artigo 9.º – Agrupamentos.....	10
Artigo 10.º – Admissão de concorrentes	10
CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPECTIVA ENTREGA	10
Artigo 11.º - Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica	10
Artigo 12.º - Indicação do preço.....	11
Artigo 13.º - Proposta base.....	11
Artigo 14.º - Propostas variantes	12
Artigo 15.º – Caução	12
Artigo 16.º – Execução da caução	13
Artigo 17.º Critério de adjudicação	14
Artigo 18.º – Critério de desempate	20
Artigo 19.º – Leilão eletrónico.....	21
Artigo 20.º – Proposta e documentos que a constituem	21
Artigo 21.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas	24
Artigo 22.º – Negociação	24
Artigo 23.º – Retirada da proposta	24
CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO	24

Artigo 24.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	24
Artigo 25.º – Esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas.....	25
Artigo 26.º – Relatório preliminar	25
Artigo 27.º – Audiência prévia.....	26
Artigo 28.º – Relatório final	26
Artigo 29.º – Adjudicação e notificação da decisão	27
Artigo 30.º – Documentos de habilitação	27
Artigo 31.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação	28
Artigo 32.º – Não apresentação dos documentos de habilitação.....	30
Artigo 33.º – Não prestação da caução	31
Artigo 34.º – Minuta do contrato	31
Artigo 35.º – Contrato.....	32
Artigo 36.º – Não outorga do contrato	32
Artigo 37.º – Encargos	32
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	32
Artigo 38.º – Contagem dos prazos	32
Artigo 39.º – Prevalências.....	32
Artigo 40.º – Legislação aplicável	33
ANEXOS	34
ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	35
ANEXO II - Modelo de declaração	36
ANEXO III - Modelo de declaração de prevalência das traduções	37
ANEXO IV - Modelo de declaração de confidencialidade.....	38
ANEXO V - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP	40
ANEXO VI - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA.....	41
ANEXO VII - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	42
ANEXO VIII - MODELO GARANTIA BANCÁRIA.....	43
ANEXO IX - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO	45

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º – Objeto do procedimento

1. O presente Concurso Público com Publicitação Internacional tem por objeto a **“Aquisição de serviços para o desenvolvimento evolutivo da plataforma de gestão do Desporto Escolar | Desporto na Escola e a sua integração nos SI de Gestão Educativa ao nível do Repositório Central de Alunos e gestão do ciclo de vida do aluno, ao abrigo do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), 2º Pilar Transformação Digital, Investimento TD-C20-i05”**, de acordo com as cláusulas jurídicas e técnicas constantes do Caderno de Encargos, bem como dos anexos que o compõem, e demais peças do procedimento.
2. O Contrato a celebrar inclui os serviços a prestar de acordo com a tipologia, quantidades, especificações técnicas, requisitos técnicos e funcionais descritos na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento

Artigo 2.º – Entidade adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através do IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 213949200, de telefax +351 213907003 e com o e-mail: compras@igefe.mec.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Artigo 3.º – Órgão competente / decisão de contratar

1. Conforme estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de fevereiro, na sua redação atual, entende-se por *“Desporto Escolar o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objeto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres, num regime de liberdade de participação e de escolha, integradas no plano de atividade da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo.”*

2. No âmbito da educação, a dinamização do “*Desporto Escolar*” ganha especial relevância e pertinência, quer como programa que fomenta a introdução à prática desportiva e à competição, quer enquanto estratégia de promoção do sucesso educativo e de estilos de vida saudáveis e, ainda, como meio para desenvolver as áreas de competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

3. Com base nos pressupostos atrás referidos, está em curso a conceção e elaboração do Plano Estratégico do Desporto Escolar | Desporto na Escola (PEDE) para o quadriénio 2025-2029 e ciclos subsequentes (2029-2033 e 2033-2037), cuja vigência irá enquadrar um novo referencial de organização e desenvolvimento do Desporto na Escola, perspetivando como prioridades estratégicas: aumento efetivo da prática desportiva regular (mais prática, mais diversidade e mais praticantes); promoção da equidade de oportunidades e da inclusão (com todos e para todos); promoção e educação para a saúde e para a cidadania ativa (mais saúde e atividade física e mais cidadania responsável); e ainda, melhoria das práticas de governança e de sustentabilidade.

4. O PEDE estabelecerá as diretrizes para a promoção efetiva do Desporto na Escola de uma forma integrada, com uma rede alargada de “*stakeholders*”, nacionais, regionais e locais. Este plano visa não só o desenvolvimento das competências físicas e sociais dos alunos, mas também a consolidação de uma cultura desportiva que perdure para além do ambiente escolar.

5. Através do Despacho n.º 9507/2024, de 30 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 160, de 20 de agosto, o IGeFE, I. P., assumiu a responsabilidade de beneficiário direto, implementando as medidas do subinvestimento C.20-i01.05. Essas medidas visam expandir significativamente a infraestrutura de rede das escolas e o acesso aos sistemas de informação, especificamente no que respeita à concretização dos objetivos 1 e 4 desse subinvestimento, enquadrados na componente TD-C20-i01 «*Escola Digital*» do PRR, que tratam, respetivamente, de «*Adotar um sistema único de identidade de alunos, docentes e outros trabalhadores de apoio à gestão, para controlo e perfilagem de acesso à rede e aos sistemas de informação*» e «*Convergir e integrar os sistemas de Informação de*

Gestão Educativa tendo em vista um funcionamento mais eficiente e transparente do sistema educativo».

6. Sua Exa. o Ministro da Tutela, Fernando Manuel de Almeida Alexandre, outorgou aos 27.05.2025, a Portaria de Extensão de Encargos que autoriza a despesa relativa à aquisição em apreço, que por força do n.º 5 da referida Portaria *“entra em vigor a partir da data da respetiva assinatura”*.

7. Os encargos financeiros resultantes daquela Portaria são satisfeitos por verbas adequadas inscritas no orçamento do IGeFE, I. P., no âmbito do «Contrato de financiamento formalizado entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal e o IGeFE, I.P.» para a realização do subinvestimento TD- C20-i01.05 «Transição Digital na Educação», enquadrado na componente C20 do PRR.

8. O órgão com competência para a decisão de contratar e autorizar a despesa é agora o Conselho Diretivo do IGeFE, I.P.

9. Nestes termos, por deliberação de 04.06.2025 do Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., exarada na Informação Proposta n.º 72769/2025/IGeFE/DAG-NCP, nos termos conjugados do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, dos artigos 36.º e 38.º, ambos do CCP, e em conformidade com o Despacho n.º 8962/2024 publicado na 2.ª Série do *Diário da República* n.º 153 de 08 de agosto de 2024, Despacho n.º 9508/2024 publicado na 2.ª Série do *Diário da República* n.º 160 de 20 de agosto de 2024, Despacho n.º 2054/2025 publicado na 2.ª Série do *Diário da República* n.º 31 de 13 de fevereiro de 2025 e Despacho n.º 2513/2025 publicado na 2.ª Série do *Diário da República* n.º 38 de 24 de fevereiro de 2025, foi autorizada a abertura do presente procedimento, aprovação das peças e autorização da despesa.

Artigo 4.º – Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do Contrato

1. Atento o regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, o IGeFE, I.P. submeteu a aquisição acima identificada a eventual elegibilidade pela Agência para a

Modernização Administrativa, I.P. (AMA), para efeitos de parecer prévio, tendo a AMA dado parecer favorável à mesma, na sequência do pedido de apreciação n.º 202505231721, com data de última assinatura digital e qualificada aposta de 28.05.2025.

2. Considerando que existem procedimentos prévios legalmente exigidos quando se esteja perante contratações de prestações de serviços, cumpre dizer que foi efetuada a consulta prévia à Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (DGAEP), por força da conjugação da Lei n.º 25/2017, de 30/05, com a Portaria n.º 48/2014, de 11 de fevereiro, registada sob o pedido n.º 25274, aos 09.05.2025, no sentido de apurar se existem trabalhadores em situação de valorização com os perfis identificados pelo IGeFE, I.P., tendo a DGAEP não se pronunciado até pelo menos a data de elaboração desta Informação Proposta, de 29.05.2025, pelo que considera-se ter ocorrido deferimento tácito no sentido da prossecução das diligências preparatórias para propor a aquisição à decisão de contratar, nomeadamente n.º 4 do art. 130.º do CPA e no espírito do legislador no estabelecimento do prazo de 10 dias contido no n.º 5 do mesmo art. e Código.

3. Atendendo ainda ao disposto no n.º 2 do artigo 43.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2024), conjugado com o n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro, (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024), procedeu-se no dia 09.05.2025 à consulta junto das entidades abrangidas pelo respetivo Plano Orçamental, no sentido de se apurar se dispunham de recursos humanos que pudessem dar resposta ao objeto do presente procedimento, não tendo a entidade adjudicante rececionado qualquer resposta das entidades.

Artigo 5.º – Fundamentação da escolha do procedimento de contratação

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP, é adotado o procedimento de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 131º e seguintes, todos do CCP, na sua atual redação.

Artigo 6.º – Peças concursais

O processo de Concurso Público é composto pelas seguintes peças:



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

Av. 24 de Julho, n.º 134 • 1399-029 Lisboa - 213 949 200 - 213 907 003 - geral@igefe.mec.pt -
<http://www.igefe.mec.pt>

- a) O presente Programa de Concurso e anexos;
- b) O Caderno de Encargos e anexos;
- c) Os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento (*a existirem*);
- d) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*).

Artigo 7.º – Disponibilização e acesso às peças do procedimento

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.
3. Quando, por qualquer motivo, o Programa ou o Caderno de Encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 1, desde a data da sua publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e será junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, na plataforma eletrónica, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.
5. O Programa, o Caderno de Encargos estão disponíveis para consulta todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h30 e as 14h30 e as 17h00, nas instalações do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., sitas Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, devendo a solicitação de acesso ser previamente agendada com o Núcleo de Contratação Pública.

Artigo 8.º – Esclarecimentos retificação e alteração das peças do procedimento

1. As entidades interessadas devem enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma eletrónica de contratação pública, disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, até às **17:00 horas** do dia de término do **primeiro terço** do prazo estabelecido para a apresentação de propostas e no mesmo prazo devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetado, em conformidade com o previsto no artigo 50.º, n.º 2 do CCP.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante serão prestados pelo júri, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada no número anterior, até ao final do **segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. No prazo indicado no número anterior, a entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ela expressamente aceites.
4. O órgão que autorizou a decisão de contratar pode, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, proceder oficiosamente à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, de acordo com o disposto no artigo 50.º, n.º 7 do CCP, devendo nesse caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do mesmo CCP.
5. Os esclarecimentos, as retificações referidas nos números anteriores, e a(s) lista(s) de erros e omissões serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, prevalecendo sobre estas em caso de divergência, sendo, de imediato, notificados de tal facto todos os interessados que as tenham adquirido.
6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de, por sua iniciativa e dentro do prazo fixado no n.º 2, juntar ao processo do procedimento, sob a forma de aditamentos numerados segundo a ordem de emissão, os elementos adicionais que julgar necessários à melhor clarificação do objeto do mesmo.

7. Para todos os efeitos legais, considerar-se-ão estes aditamentos como esclarecimentos de dúvidas de interpretação das peças patenteadas, seguindo-se a forma de divulgação prevista no artigo 50.º, n.º 5 do CCP, não dando lugar à prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 9.º – Agrupamentos

Não é admissível a apresentação de propostas por agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, no termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 117.º do CCP.

Artigo 10.º – Admissão de concorrentes

Estão impedidos de apresentar proposta quaisquer concorrentes que se encontrem nas situações descritas no artigo 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA

Artigo 11.º - Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica

1. A apresentação da proposta e os documentos que a instruem serão entregues até às **17 horas e 00 minutos do 30º dia** (hora legal de Portugal continental), seguido a contar da data do envio para publicação do anúncio no Diário da República, nos termos do n.º 1 do artigo 136.º do CCP, exclusivamente na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.
2. O prazo para a apresentação de propostas é contado nos termos do artigo 470.º do CCP.
3. A proposta, bem como cada um dos documentos que a integram, devem ser assinados eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes da data e hora constante do n.º 1 do presente artigo.
5. A proposta, bem como os documentos que a instrui, devem ser todos individualmente assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função ou poder para assinatura, o concorrente deve ainda submeter na plataforma, apondo-lhe assinatura digital qualificada, um documento comprovativo dos poderes de representação.
7. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum designado por todos, submetendo na plataforma, o documento atributivo dos poderes de representação.
8. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para o carregamento da proposta e dos respetivos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, uma vez que, só serão admitidas a concurso, as propostas que tenham sido recebidas até ao prazo indicado no n.º 1 do presente artigo.

Artigo 12.º - Indicação do preço

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), devendo ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 13.º - Proposta base

1. As propostas apresentadas pelos concorrentes serão consideradas como totalmente incondicionadas, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas ou alternativas de qualquer natureza que constem dessas mesmas propostas ou de outros documentos que as acompanhem.
2. Para efeitos de elaboração da proposta base os concorrentes devem ter em consideração a natureza dos bens descritos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

Artigo 14.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas que envolvam alterações das cláusulas do caderno de encargos, nem a apresentação de variantes ao mesmo.

Artigo 15.º – Caução

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do CCP e para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total do contrato, com exclusão do IVA.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é 5% do preço contratual.
3. O adjudicatário deve, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação da adjudicação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, comprovar que prestou a caução perante o representante da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente, de acordo com os modelos disponibilizados como **ANEXOS VII, VIII e IX** do presente Programa de Concurso.
4. Será dispensada a prestação de caução ao adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado, pelo preço total do respetivo contrato, nos termos do n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

5. Aplicar-se-á o regime estabelecido no número anterior caso exista assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo preço total do respetivo contrato, por entidade bancária reconhecida.
6. O depósito em dinheiro ou em títulos será efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no programa do procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina.
7. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
8. Se o adjudicatário prestar caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
9. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
10. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
11. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputado o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 16.º – Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de quinze dias após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, prevista na alínea a) do n.º 1 artigo 74.º do CCP, em função dos seguintes fatores e subfatores:

Critério de Adjudicação	
A: Preço da Proposta	15%
B: Senioridade da Equipa	45%
C: Experiência na Educação	15%
D: Mérito Técnico da Proposta	25%
$CF = 0,15 * A + 0,45 * B + 0,15 * C + 0,25 * D$	
Em que:	
CF: é a classificação final da proposta;	
A: é a pontuação atribuída ao fator “Preço da Proposta”;	
B: é a pontuação atribuída ao fator “Senioridade da Equipa em Tecnologia Oracle”;	
C: é a pontuação atribuída ao fator “Experiência no Setor da Educação”;	
D: Mérito Técnico da Proposta	

A: Preço da Proposta

$$A = ((Pb - Pp) / Pb) * 100$$

Em que:

A: é a pontuação atribuída ao fator “Preço da Proposta”;

Pb: é o preço base definido no Caderno de Encargos;

Pp: é o preço apresentado na proposta;

B: Senioridade da Equipa em Tecnologia Oracle

$$B = (b1 + b2 + b3 + b4 + b5 + b6 + b7 + b8 + b9 + b10 + b11) / 11$$

Critério b1: (GP - Gestor de Projeto)	Pontos
< 1 ano	0
2 anos	5
3 anos	10
4 anos	15
5 anos	20
6 anos	25
7 anos	30
8 anos	40
9 anos	50
10 anos	60
11 anos	80
>= 12 anos	100
Critério b2: (CF1 - Consultor Funcional)	Pontos
< 1 ano	0
2 anos	5
3 anos	10
4 anos	15
5 anos	20
6 anos	25
7 anos	30
8 anos	40
9 anos	50
10 anos	60
11 anos	80

>= 12 anos	100
Critério b3: (CF2 - Consultor Funcional)	Pontos
< 1 ano	0
2 anos	5
3 anos	10
4 anos	15
5 anos	20
6 anos	25
7 anos	30
8 anos	40
9 anos	50
10 anos	60
11 anos	80
>= 12 anos	100
Critério b4: (CT1 - Consultor Tecnológico)	Pontos
< 1 ano	0
2 anos	5
3 anos	10
4 anos	15
5 anos	20
6 anos	25
7 anos	30
8 anos	40
9 anos	50
10 anos	60
11 anos	80
>= 12 anos	100
Critério b5: (CT2 - Consultor Tecnológico)	Pontos
< 1 ano	0
2 anos	5
3 anos	10
4 anos	15
5 anos	20
6 anos	25
7 anos	30
8 anos	40

9 anos	50
10 anos	60
11 anos	80
≥ 12 anos	100
Critério b6: (P1 - Programador 1)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
≥ 4 anos	100
Critério b7: (P2 - Programador 2)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
≥ 4 anos	100
Critério b8: (P3 - Programador 3)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
≥ 4 anos	100
Critério b9: (P4 - Programador 4)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
≥ 4 anos	100
Critério b10: (P5 - Programador 5)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
≥ 4 anos	100
Critério b11: (P6 - Programador 6)	Pontos
< 1 ano	0

1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
>= 4 anos	100

C: Experiência no Setor da Educação $C = (c1 + c2 + c3 + c4 + c5) / 5$	
Critério c1: (GP - Gestor de Projeto)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
>= 4 anos	100
Critério c2: (CF1 - Consultor Funcional)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
>= 4 anos	100
Critério c3: (CF2 - Consultor Funcional)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
>= 4 anos	100
Critério c4: (CT1 - Consultor Tecnológico)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25
2 anos	50
3 anos	75
>= 4 anos	100
Critério c5: (CT2 - Consultor Tecnológico)	Pontos
< 1 ano	0
1 ano	25

2 anos	50
3 anos	75
≥ 4 anos	100

D: Mérito Técnico da Proposta (obrigatório a apresentação de declarações)	
Critério	Pontos
a) Apresentação de um mínimo de 2 declarações emitidas por clientes nacionais (uma do sector privado e uma no sector publico), comprovando prestação de serviços de desenvolvimento aplicacional com recurso à utilização da tecnologia Oracle APEX nos últimos 5 anos (2024, 2023, 2022, 2021, 2020)	25
a) Apresentação de um mínimo de 4 declarações emitidas por clientes nacionais (duas sector privado e duas sector publico), comprovando prestação de serviços de desenvolvimento aplicacional com recurso à utilização da tecnologia Oracle APEX nos últimos 5 anos (2024, 2023, 2022, 2021, 2020)	50
a) Apresentação de um mínimo de 4 declarações emitidas por clientes nacionais (duas sector privado e duas sector publico), comprovando prestação de serviços de desenvolvimento aplicacional com recurso à utilização da tecnologia Oracle APEX nos últimos 5 anos (2024, 2023, 2022, 2021, 2020) b) Parceria Oracle (requisitos mínimos): I. OPN Membro (<i>Classic</i>): Oracle <i>Platinum</i> e especialização “Oracle <i>Public Sector</i> ” (Oracle Sector Publico).	75
a) Apresentação de um mínimo de 4 declarações emitidas por clientes nacionais (duas sector privado e duas sector publico), comprovando prestação de serviços de desenvolvimento aplicacional com recurso à utilização da tecnologia Oracle APEX nos últimos 5 anos (2024, 2023, 2022, 2021, 2020)	100

b) Parceria Oracle (requisitos mínimos): I. OPN Membro (Classic): Oracle Platinum e especialização “Oracle Public Sector” (Oracle Sector Publico); II. OPN Membro (Modern): Competências (“Expertise”) (*)	
--	--

(*) Competências (“Expertise”)
Service: Oracle Cloud Platform Data Management and Implementation
Service: Java Platform, Standard Edition 8
Service: Oracle Database
Service: Oracle Database Performance and Tuning
Service: Oracle Enterprise Manager 12c
Service: Oracle SOA Suite 12c
Service: Oracle VM 3
Service: Oracle WebLogic Server 12c
Service: Oracle GoldenGate 12c
Service: Oracle IT Architecture Release 3
Service: Oracle Real Application Clusters 12c
Cloud Sell: Oracle Cloud Platform
Cloud Sell: Enterprise Performance Management
Sell: Oracle Master Data Management
Service: Oracle Linux

Artigo 18.º – Critério de desempate

1. Em caso de empate entre as propostas, será ordenada em posição mais elevada a proposta que tiver apresentado mais pontuação no fator “*Senioridade da Equipa em Tecnologia Oracle*”.
2. Caso se mantenha uma situação de igualdade de pontuação final após aplicação do critério de desempate previsto na alínea anterior, será dada preferência à proposta do concorrente que melhor pontuação obteve no subfactor “*Experiência no Setor da Educação*”.
3. Na eventualidade do empate subsistir, após a aplicação do fator de desempate indicado no número anterior, será utilizado como critério de desempate o definido na alínea c), do

n.º 5 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual, o sorteio, a desenrolar presencialmente com o júri de entre as propostas mais bem classificadas, e relativamente às quais se verifica o empate.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da sua realização.

5. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.

6. Numa urna são introduzidos os cupões com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.

7. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada, ficando ordenada em primeiro lugar a que corresponder ao cupão extraído primeiro.

8. Desse sorteio é redigida ata, assinada pelas partes.

Artigo 19.º – Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 20.º – Proposta e documentos que a constituem

1. A proposta é a declaração pela qual a entidade concorrente manifesta ao representante da entidade adjudicante, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, e instruída com os elementos exigidos no número seguinte e com os documentos previstos neste preciso clausulado.

2. Na proposta, o concorrente deve integrar, **obrigatoriamente**, os seguintes elementos:

- a) Referência do procedimento;
- b) Nome do concorrente;
- c) Indicação do preço total dos serviços a prestar, com e sem a respetiva taxa de IVA aplicável;
- d) Indicação da taxa de IVA aplicável;

- e) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA e a taxa aplicável, se a mesma for devida;
 - f) Prazo de execução, caso seja inferior ou superior ao exigido na Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos;
 - g) Prazo de validade da proposta;
 - h) Condições de pagamento;
 - i) Detalhe de cada fase do projeto (Fase 1 e Fase 2 – subponto 2.5 da Cláusula 6.ª do CE);
 - j) Valor discriminado dos serviços, identificando o custo do valor/hora proposto para cada um dos perfis pretendidos para cumprimento do descrito na parte II (Especificações Técnicas) do Caderno de Encargos;
 - k) Certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
 - l) Declaração de confidencialidade, elaborada nos termos do **ANEXO IV** ao presente Convite;
 - m) Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código, constante no **ANEXO V**.
 - n) Quadro-Resumo (duração, identificação da equipa e suas responsabilidades, identificação do responsável pelo projeto e do responsável comercial);
 - o) *Curriculum Vitae* dos elementos que estarão envolvidos na execução do contrato, de modo a comprovar os requisitos definidos na Parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento e tendo em consideração, o modo como os mesmos deverão ser apresentados, estabelecido no n.º 3 da presente cláusula;
3. Nos termos e para os efeitos do exigido na alínea i) do n.º 2 da presente cláusula, relativamente à identificação dos elementos que estarão envolvidos na execução do

contrato, através dos respetivos nomes completos, é admitida a sua substituição, pela primeira letra de cada um dos nomes que integram o nome completo, devendo o *curriculum vitae*, ter em consideração o detalhe necessário à evidenciação dos requisitos mínimos estabelecidos na parte II do Caderno de Encargos, sendo que à entidade a quem vier a ser adjudicada a presente aquisição de serviços, em sede de início de execução de contrato, será solicitada a apresentação de toda a documentação que evidencia as habilitações, a formação e a experiência que em sede de apresentação de proposta foi identificada para cada um dos perfis.

4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
6. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a entidade convidada declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.
7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, serão admitidos os documentos que, em resultado das cláusulas técnicas do presente procedimento, se encontrem redigidos em língua estrangeira, sendo admitido o idioma inglês.
8. Excecionam-se ainda do número 6. eventuais catálogos, documentos técnicos e respetivas especificações, os quais, caso não estejam traduzidos, poderão ser entregues em inglês.
9. A proposta deve ainda ser **instruída obrigatoriamente**, pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** ao presente programa do concurso, (disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>);

- b) Caso existam, a relação dos encargos em que incorreram com a elaboração da respetiva proposta, que possam documentalmente comprovar se solicitado, nomeadamente pela entidade adjudicante;
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da proposta.

8. Todos os modelos constantes deste Programa de Concurso devem ser preenchidos pelo concorrente sem efetuar alterações à sua integridade.

Artigo 21.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte)** dias úteis contados da data do término do prazo fixado para a apresentação das mesmas, que se renova por períodos de 30 (trinta) dias se, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário por escrito.

Artigo 22.º – Negociação

As propostas a apresentar não serão objeto de negociação.

Artigo 23.º – Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, através de documento a apresentar na plataforma eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

Artigo 24.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.º 1 e 2.

Artigo 25.º – Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

Artigo 26.º – Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual propõe a respetiva ordenação.
2. No relatório preliminar o júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas sempre que se verifique qualquer das situações enunciadas no n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. O relatório faz ainda referência, caso existam, aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. Não há lugar à elaboração de relatório preliminar caso seja apresentada uma única proposta.

Artigo 27.º – Audiência prévia

O júri disponibiliza na plataforma eletrónica o relatório preliminar a todos os concorrentes, fixando um prazo não inferior a **5 (cinco) dias úteis**, para que os mesmos, querendo, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 28.º – Relatório final

1. Decorrido o prazo para a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
2. O júri pode ainda propor a exclusão das propostas se verificar nesta fase a ocorrência de quaisquer motivos que determinam a exclusão das mesmas, de acordo com o disposto no artigo 148.º do CCP.
3. Se do relatório final resultar alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP.
4. O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de concurso público, é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, para

decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente, para eventual aprovação e adjudicação.

Artigo 29.º – Adjudicação e notificação da decisão

1. Inexistindo fundamento para a decisão de não adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a em simultâneo a todos os concorrentes na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas, acompanhado do relatório final de análise das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o término do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 31.º do presente Programa de Concurso;
 - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 30.º – Documentos de habilitação

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO II** ao CCP (**ANEXO II** a este programa), a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP – no caso de pessoas coletivas,

documentos de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas que se encontrem em efetividade de funções;

- c) Cópia da certidão do registo comercial da empresa, ou Documento com indicação do código de acesso *online* à certidão permanente do registo comercial;
- d) Identificação completa de quem tem poderes para outorgar o contrato;
- e) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou o respetivo código de acesso (sendo o preenchimento da declaração do RCBE feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>);
- f) Declaração do n.º 3 e 4 do artigo 69.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), conforme **ANEXO VI**;
- g) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, devendo fazer prova desse facto, mediante a disponibilização da última Informação Empresarial Simplificada (IES) entregue ou da autorização de consulta da Certificação PME à Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- h) Caso seja exigível a prestação de caução o concorrente deverá apresentá-la nos termos do art.º 15.º do presente programa e de acordo com os modelos doas **ANEXOS VII** (Caução por depósito em dinheiro), **VIII** (Caução por garantia bancária) e **IX** (Seguro-Caução).

Artigo 31.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo anterior, na plataforma eletrónica de contratação (www.acingov.pt), no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de notificação para o efeito.

2. Quando os documentos a que se refere o artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no Artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou da indicação prevista no n.º 2 deste Artigo, sendo que o documento comprovativo do consentimento constitui um documento de habilitação a apresentar no âmbito do n.º 1 do Artigo 31.º do presente Programa de Concurso.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1 deste Artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.
5. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva, a qualidade em que assina.
6. Os documentos referidos nos números anteriores podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último, poderes para o efeito, devidamente legalizada.
7. No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamento, deve apresentar os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, identificando o chefe do consórcio sendo que, os documentos previstos nas alíneas a) do n.º 1 do artigo do artigo 81º do CCP, conjugado com o artigo n.º 6 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros.

8. Nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos noutra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais, conforme modelo constante do **ANEXO III** ao presente Programa..

9. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados ou no caso de não serem apresentados no prazo fixado para o efeito ou redigidos em língua portuguesa, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, e que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um **prazo adicional de 3 (três) dias úteis** para a supressão das irregularidades ou apresentação dos documentos.

Artigo 32.º – Não apresentação dos documentos de habilitação

1. Sem prejuízo, do disposto nos artigos 87.º e 87.º-A do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no Artigo 30.º do presente Programa de Concurso;
- b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
- c) Redigidos em língua portuguesa ou, acompanhados de tradução devidamente legalizada, caso se encontrem estiverem redigidos em língua estrangeira.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de **3 (três) dias úteis** para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 33.º – Não prestação da caução

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. A não prestação da caução pelo adjudicatário, deve ser imediatamente comunicada ao IMPIC, I.P.

Artigo 34.º – Minuta do contrato

1. Com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da minuta de contrato aprovada, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação da Adjudicatária da sua decisão, nos termos mencionados no n.º 1, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.
5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pela Adjudicatária não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 35.º – Contrato

1. A outorga do contrato tem lugar no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação e nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos e da comprovação da prestação da caução, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.
2. O contrato será reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º do CCP e outorgado com recurso a assinaturas eletrónicas qualificadas.

Artigo 36.º – Não outorga do contrato

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado para o efeito.

Artigo 37.º – Encargos

São encargo do adjudicatário as despesas e encargos inerentes elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, emissão de seguros, quando a eles houver lugar.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38.º – Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente Programa de Concurso, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

Artigo 39.º – Prevalências

1. As normas do Programa de Concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes da plataforma a que diz respeito que com elas estejam desconformes.

2. Nos casos em que se considere lapso das peças concursais ou omissões, prevalecem as normas constantes do CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 40.º – Legislação aplicável

1. Em tudo o que for omissos no presente Programa de Concurso e no caderno de encargos elaborado no âmbito do presente procedimento pelo IGeFE, I.P., observar-se-á o disposto no CCP, na redação atual, e restante legislação aplicável.
2. As normas do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXOS

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) do n.º 9 da cláusula 20.ª do Programa do Concurso]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica

ANEXO II - Modelo de declaração**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - Modelo de declaração de prevalência das traduções

_____ (Identificação do(s) representante(s) legal(ais) da Entidade Convidada), titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão de cidadão n.º(s) _____, na qualidade de representante(s) legal(is) de _____, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no Anúncio para a “_____”, promovido pelo IGeFE, I.P., aceita que as traduções apresentadas nos documentos que acompanham a sua proposta prevalecem, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

... (local), ... (data),...[assinatura ¹]

¹ Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IV - Modelo de declaração de confidencialidade

[a que se refere o n.º 2, a alínea I) do artigo 20.º deste programa]

F... [indicar nome da(s) firma(s) e sede(s) da(s) empresa(s) que integra(m) a Entidade Convidada], depois de ter(em) tomado conhecimento do procedimento pré-contratual referente à “ _____ ”, promovido pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE, I.P.), a que se refere o convite à apresentação de propostas datado de .../.../... e dos seus termos, vem(êm) subscrever a presente declaração aceitando cumprir as inerente obrigações e responsabilidades nos termos da legislação Portuguesa.

Para este efeito, "INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL" significa (inclusive, mas não exclusivamente) toda e qualquer informação de/e em projeto, de equipamentos, das instalações, da construção, da manutenção, de custos, de licenciamentos e do conteúdo de contratos, bem como qualquer outra informação relativa ao procedimento em apreço, pelo que é considerada propriedade intelectual e confidencial do IGeFE, I.P..

Concordamos assim que nem nós, como empresa convidada, nem subsidiárias, associadas, casa mãe ou os respetivos agentes, funcionários ou representantes, ou entidades subcontratadas por si só ou em benefício de alguma pessoa ou entidade, que não do IGeFE, I.P., poderemos usar a Informação Confidencial, seja por que motivo for, em qualquer momento ou em qualquer lugar, exceto com o propósito de desempenhar a respetiva função neste procedimento, sem a expressa e antecipada autorização, por escrito, do IGeFE, I.P. bem como, concordamos em listar e manter a Informação Confidencial de acordo com os seguintes termos e condições:

Não serão feitas cópias (exceto no caso de copias necessárias aos nossos funcionários que estejam afetos a este Processo).

Será guardada e protegida em lugar seguro, com adequada segurança, por forma a evitar que pessoas não autorizadas a ela tenham acesso.

Serão autorizados a ela terem acesso, somente os nossos representantes para quem o acesso a essa informação seja necessário e indispensável para o bom desempenho do seu trabalho.

Serão elaboradas listas com identificação dos nossos representantes que a ela tenham tido acesso, registando-se ainda o que dela foi facultado e a data em que o foi, para uma eventual auditoria por parte das Autoridades e/ou do IGeFE, I.P..

Devolveremos toda a Informação Confidencial e destruiremos todas as cópias que dela tenham sido feitas e que estiverem em nosso poder, se o IGeFE, I.P. assim o exigir e caso não sejamos os Adjudicatários.

Aceitamos e reconhecemos que a prestação de informação classificada e qualquer colaboração nossa na sua elaboração não nos confere quaisquer direitos sobre essa Informação, a qual permanecerá, para todos os efeitos, propriedade do IGeFE, I.P. e do Estado Português.

As restrições à Informação Confidencial não se aplicam, unicamente, quando a respetiva divulgação foi expressa e previamente autorizada pelo IGeFE, I.P.

Em função da natureza confidencial deste procedimento, declaramos estar cientes de que a violação da presente declaração de confidencialidade é suscetível de motivar a exclusão deste procedimento da empresa que representamos, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e criminais.

Mais se declara que renunciemos a foro especial, sendo o foro competente o de Lisboa, e nos submetemos em tudo o que respeitar a esta declaração e ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local), ... (data),...[assinatura ²]

² Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO V - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP**[o n.º 2, alínea m) do Artigo 20.º deste Programa]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura]._

ANEXO VI - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA**[al. f) do art. 30.º deste Programa]**

_____, com número de documento de identificação
_____, válido até __/__/____, com domicílio profissional
_____, na qualidade de representante legal da
_____, com número de identificação fiscal _____
e sede na _____, declara, sob
compromisso de honra, que relativamente à sua representada não se verificam
quaisquer das situações de impedimento previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 69.º do
Código do Procedimento Administrativo (CPA).

_____, __ de _____ de 20__

O Representante Legal,

ANEXO VII - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco _____ [•], à ordem _____ [•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito Euros _____ [•],

Vai _____ [•] (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário e doravante designado “*adjudicatário*”), nos termos do artigo ____.^o do Programa do Concurso e da cláusula ____.^a do Caderno de Encargos como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do contrato de “ _____ ”, depositar no Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., Conta n.º 01120015150, com o IBAN PT50 0781 0112 0112 0015 1508 9, a quantia de € _____ [“*montante garantido*” (também por extenso)] em dinheiro.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., a quem a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. deve dar conhecimento da realização do depósito.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

ANEXO VIII - MODELO GARANTIA BANCÁRIA

Para: Estado Português / Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

Morada: Av. 24 de Julho, 134, 1399-054 Lisboa, Portugal

Garantia número [a preencher pelo Banco]

[data]

Exmos (as) Senhores (as),

A pedido e por conta de _____ [•]³
(doravante designado por “adjudicatário”), nos termos artigo ____.^o do Programa do Concurso e da cláusula ____.^a do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual de “ _____ ”, o _____ [•]⁴ (doravante designado por “Banco”) presta, pelo presente documento, a favor do Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P. garantia bancária até ao montante de € _____ [“montante garantido” (também por extenso)], destinada a caucionar o bom e pontual cumprimento pelo adjudicatário das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o Banco garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do adjudicatário, o pagamento da importância de € _____ [•] (doravante designada por “montante garantido”).
2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do Banco perante o Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação I.P., é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.

³ Identificação do adjudicatário, com indicação da respetiva firma, número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

⁴ Identificação da instituição bancária, com indicação do número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

3. O Banco obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na _____ [morada do Banco], de declaração escrita do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, a pagar ao Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o montante garantido ou, se inferior, o montante solicitado em tal declaração.
4. A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo adjudicatário e os fundamentos por que o Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo desta garantia.
5. O Banco, caso venha a ser chamado a honrar a presente garantia, não pode tomar em consideração quaisquer exceções opostas pelo adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., quaisquer reservas ou meios de defesa que o adjudicatário possa fazer valer contra aquele.
6. A presente garantia produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válido até que o Estado Português, através do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulado ou alterado sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade.

ANEXO IX - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

Para: Estado Português / Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

Morada: Av. 24 de Julho, 134, 1399-054 Lisboa, Portugal

Apólice n.º: [a preencher pela Seguradora]

[data]

Exmos (as) Senhores (as),

A pedido e por conta de _____ [•]⁵ (doravante designado por “adjudicatário”), nos termos do artigo ____º do Programa do Concurso e da cláusula ____ª do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual de “ _____ ”, a _____ [•]⁶ (doravante designada por “Companhia de Seguros”) presta, pelo presente documento, a favor do Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., seguro-caução até ao montante de € _____ [“montante garantido” (também por extenso)], destinado a caucionar o bom e pontual cumprimento pelo adjudicatário das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, a Companhia de Seguros garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do adjudicatário, o pagamento da importância de € _____ [•] (doravante designada por “montante garantido”).
2. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Companhia de Seguros perante o Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.

⁵ Identificação do adjudicatário, com indicação da respetiva firma, número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

⁶ Identificação da companhia de seguros, com indicação do número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

3. A Companhia de Seguros obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na _____ [morada da Companhia de Seguros], de declaração escrita do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, a pagar ao Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o montante garantido ou, se inferior, o montante solicitado em tal declaração.
4. A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo adjudicatário e os fundamentos por que o Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo deste seguro-caução.
5. A Companhia de Seguros, caso venha a ser chamado a honrar o presente seguro-caução, não pode tomar em consideração quaisquer exceções opostas pelo adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., quaisquer reservas ou meios de defesa que o adjudicatário possa fazer valer contra aquele.
6. O presente seguro-caução produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válido até que o Estado Português, através do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulado ou alterado sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Representação da Companhia de Seguros]⁷

⁷ Por quem tenha poderes para representar, reconhecida na qualidade.